



#### **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

#### 1 - DO OBJETO:

1.1 - O presente termo tem como objeto o(a) CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL COM VISITA TÉCNICA, REALIZAÇÃO DOS AUTOMONITORAMENTOS DE EFLUENTES LÍQUIDOS DA ÁGUA BRUTA E TRATADA, BEM COMO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DEMAIS AÇÕES INCLUSIVE OS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS E A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOMONITORAMENTO AMBIENTAL — RAMA, DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, tudo conforme especificações contidas neste instrumento.

#### 2 - DA JUSTIFICATIVA:

2.1 — O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Quixeramobim, necessita de apoio técnico para a realização dos serviços na área ambiental em virtude de sua demanda. Para tanto de faz necessário a contratação de uma assessoria para que seja realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões ambientais das atividades realizadas por este órgão e seus impactos gerados nas unidades de competência desta Autarquia, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e legislações vigentes relacionadas a este assunto.

Cabe destacar que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Quixeramobim não dispõe em sua estrutura funcional de mão de obra disponível e capacitada para a execução destes serviços, em virtude da complexidade e especificidade dos mesmos, e ainda pelo fato de exigir profissional habilitado e com experiência no ramo para realização de tais atividades, buscando eficiência e diversidade técnica. Baseados nesses fatores é que justificamos a necessidade da contratação dos serviços supramencionados, com comprovada qualificação para o desempenho das atividades pretendidas.

# 3 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

3.1 - Descrição do item e quantitativo:

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QTD. |
|------|---|---------|------|
| 1    | 6267 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL COM VISITA TÉCNICA, REALIZAÇÃO DOS AUTOMONITORAMENTOS DE EFLUENTES LÍQUIDOS DA ÁGUA BRUTA E TRATADA, BEM COMO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DEMAIS AÇÕES INCLUSIVE OS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS E A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOMONITORAMENTO AMBIENTAL | MÊS     | 07   |

- 3.2 Da especificação detalhada dos serviços:
- 3.2.1 A prestação de serviços discriminados no objeto deste termo deverá contemplar os seguintes itens:
- 3.2.1.1 Emissão de relatório de visita as Estações de Tratamento de Água, Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias, com orientações das ações preventivas e corretivas necessárias ao atendimento da legislação ambiental vigente.
- 3.2.1.2 Realização do auto-monitoramento dos efluentes líquidos da água bruta e tratada, bem como atendimento ao correto transporte dos resíduos sólidos de acordo com a portaria nº 280, de 29 de junho de 2020;
- 3.2.1.3 Orientar todas as ações referentes a emissão e renovação de licenciamentos ambientais, bem como responsabilizar-se pelo acompanhamento da vigência dos mesmos, comunicando ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Quixeramobim através ofício ou de e-mail todo o procedimento necessário para a realização destes serviços;









- 3.2.1.4 Acompanhamento do Cadastro Técnico Federal CTF, bem como a atualização do mesmo, realizando emissão de certificados sempre que necessário e promovendo atualizações conforme exigências legais;
- 3.2.1.5 Envio de Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras de interesse do SAAE de Quixeramobim, conforme exigências legais, de acordo com as condicionantes das licenças ambienteis, a elaboração e protocolos dos RAMAs (Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental), referente as licenças ambientais de responsabilidade desta Autarquia.
- 3.3 Carga horária e Equipe técnica:
- 3.3.1 A Contratada deverá acompanhar e assessorar de forma presencial no tempo mínimo indicado e de forma eletrônica nos demais dias úteis, a fim de sanar qualquer dúvida e assegurar que seja realizado os trabalhos dos setores afins com rigidez e cumprimento da legislação vigente.
- 3.3.2 Os serviços serão prestados mediante assessoria presencial na sede deste órgão, bem como através de visita técnica mensal nos locais definidos pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Quixeramobim, compreendendo desde os locais onde ficam situadas as Estações de Tratamento de Água, Estações de Tratamento de Esgoto, Elevatórias, Adutoras e demais pontos de captação de água que venham a ser utilizados por esta Autarquia, e também por meio de consultoria na sede da contratada, por e-mail ou telefone, sempre que se fizer necessário.
- 3.3.3 Os serviços deverão ser prestados necessariamente por equipe técnica da contratada, que deverá ser composta de profissionais devidamente qualificados.
- 3.3.4 Carga horária presencial: Cumprir com carga horária mínima de 08 (oito) horas/mês de expediente na Sede da Contratante mantendo o funcionário nos horários predeterminados pela Administração, sendo que poderá ser solicitada demais visitas técnicas de acordo com a necessidade desta autarquia.
- 3.3.4.1 As visitas técnicas ocorrerão sempre que necessário, observada a solicitação prévia de 48 (quarenta e oito) horas a ser encaminhada a Contratada.
- 3.3.5 Carga horária não presencial: A carga horária NÃO PRESENCIAL refere-se à demanda Consultiva prestada por escrito através de correio eletrônico (e-mail), de forma convencional via Consulta Escrita formalizada, via telefone, chat de mensagem, ou outro recurso de tecnologia da comunicação e informação, que será ilimitada e em tempo integral, prestada pela contratada em local indicado por esta. Os serviços NÃO PRESENCIAIS em tempo integral de Consultoria, serão prestados em local indicado pela contratada, sem limite de quantidade para realização de consultas a serem feitas por servidores deste órgão decorrentes de dúvidas suscitadas em face de fatos supervenientes, devendo toda e qualquer orientação ser dada formalmente, somente por profissionais devidamente habilitados.
- 3.3.6 A Contratada disponibilizará profissional conforme a especificidade demandada pela administração pública, em local indicado pela Contratante.
- 3.3.7 A carga horária exigida acima foi estipulada levando-se em consideração as necessidades da administração deste órgão.
- 3.4 Para a prestação dos serviços, serão observadas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

#### 4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

- 4.1 Na proposta de preços deverão constar as especificações detalhada de cada item, tipo e quantidade solicitada, o valor unitário dos itens em algarismo, o valor total do lote (quando for o caso), em algarismo e por extenso, bem como o valor total da proposta em algarismo e por extenso, em moeda nacional, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto deste termo, mesmo que não estejam registrados neste documento.
- 4.2 Será considerado vencedor o fornecedor cuja proposta seja mais vantajosa para a administração, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.
- 4.3 A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste termo, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o





compromisso de executar o objeto contratual nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.4 - A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste termo de referência, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

#### 5 - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 5.1 Quanto à entrega:
- 5.1.1 Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de até **5 (cinco) dias**, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela administração ou instrumento equivalente e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e no Termo de Referência, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.
- 5.1.2 O serviço a ser entregue estará sujeito à aceitação plena pelo Contratante que, para tanto, designará servidor que acompanhará a sua execução e o submeterá ao recebimento provisório, onde serão examinadas as especificações e, caso estejam de acordo com o Termo de Referência e proposta da Contratada será atestada o seu recebimento mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo de cada parcela executada.
- 5.1.3 Caso o serviço executado não esteja de acordo com as exigências do Termo de Referência e da proposta de preços da Contratada, o mesmo será rejeitado e a Contratada deverá refazê-lo.
- 5.1.4 A Contratada ficará obrigada a executar novamente, sem ônus para a Contratante, o serviço que vier a ser recusado.
- 5.1.5 O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos locais indicados na Ordem de Serviço a ser emitida pela administração ou instrumento equivalente.
- 5.1.6 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até **02** (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega do serviço, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- 5.1.7 A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no Termo de Referência será exclusiva do(s) servidor(es) autorizado(s) pelo órgão Contratante, encarregado de acompanhar a execução do serviço e recebimento do objeto contratual, conforme art. 67 da Lei 8.666/93.
- 5.1.8 A CONTRATANTE designará um servidor/comissão, cujo propósito será o acompanhamento da execução dos serviços e a conferência desta com as especificações contidas na proposta de preços e no Termo de Referência. Caso o objeto esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos, será rejeitado o recebimento do mesmo.
- 5.2 Quanto ao recebimento:
- 5.2.1 Provisoriamente, a partir da execução do serviço, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.
- 5.2.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **05 (cinco) dias** úteis do recebimento provisório.
- 5.2.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.2.4 A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o termo de recebimento definitivo somente poderá ser emitido após a referida correção.





- 5.2.5 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação de serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste termo.
- 5.2.6 A rejeição do objeto por estar em desacordo com as especificações, que vier a ocorrer, não justificará possível atraso no prazo de execução fixado, sujeitando o Contratado às sanções previstas.

#### 6 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

- 6.1 Não será aceito objeto que esteja em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.
- 6.2 A Contratada deverá garantir a qualidade e segurança de todos os serviços fornecidos, com vista a evitar qualquer acidente ou sinistro.
- 6.3 A Contratada deverá observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a segurança do pessoal e material no local de execução dos serviços.
- 6.4 A Contratada deverá cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante.

# 7 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 7.1 Os recursos necessários ao custeio da referida despesa encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal vigente do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, classificados sob a Projeto Atividade / Elemento de Despesa / Fonte de Recursos consignados abaixo:
  - 17 01 17 512 0022 2.116 3.3.90.35.99 1990000000

#### 8 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de Cheque nominal, acompanhado da seguinte documentação:
- I) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente autorizada pelo ordenador de despesas (pague-se) e atestada por servidor responsável pelo recebimento do objeto deste termo,
- II) Certidão Conjunta Negativa de Débito quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN), com abrangência inclusive as contribuições sociais,
- III) CRF Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, se pessoa jurídica,
- IV) CND emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual,
- V) CND emitida pelo município domiciliado, e,
- VI) CND emitida pela Justiça Federal do Trabalho, emitida na forma da Lei N°. 12.440/2011.
- 8.2 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo.
- 8.3 É vedada a realização de pagamento antes da entrega do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.
- 8.4 Se o objeto não for executado conforme condições deste termo, o pagamento ficará suspenso até sua execução regular.
- 8.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

#### 9 - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 9.1 Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- 9.2 Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente termo.





- 9.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 9.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 9.5 Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 9.6 Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.7 Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo Órgão Contratante, contado da sua notificação.
- 9.8 Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 9.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.10 Manter-se, durante todo o período de vigência do Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para representação da Contratada sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.
- 9.11 Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 9.12 Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto contratual no prazo estabelecido neste termo.
- 9.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.14 Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela CONTRATANTE.

#### 10 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- 10.1 Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço, após emissão de empenho.
- 10.2 Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 10.3 Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 10.4 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.5 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.
- 10.6 Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 10.7 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a execução do objeto contratual.
- 10.8 Prestar as Informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.







- 10.9 Recusar os serviços que não apresentarem condições de serem utilizados.
- 10.10 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na prestação dos serviços e interromper imediatamente a execução se for o caso.
- 10.11 Indicar na Ordem de Serviço o local em que deverá ser realizada sua execução.
- 10.12 Disponibilizar a infraestrutura de material, equipamentos e pessoal de apoio nas diligências de trabalho necessária ao bom desempenho da Equipe Técnica da contratada.

# 11 - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- 11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice econômico IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice em vigor, caso esse seja extinto, exclusivamente para as obrigações iniciadas após a ocorrência da anualidade.
- 11.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.1.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.1.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.1.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.1.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.2 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 11.2.1 Nos casos do item anterior, a CONTRATADA deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, sendo tal demonstração analisada pelo CONTRATANTE para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

## 12 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 12.1 O prazo de vigência contratual será **07 (SETE) MESES**, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 12.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, **inciso II**, da Lei Federal n° 8.666/1993, alterada e consolidada.

#### 13 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

13.1 - A gestão do contrato será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, para acompanhar a execução do instrumento contratual, com vistas à promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no ato convocatório e no instrumento contratual.





13.2 - A fiscalização da contratação será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, ou pessoa física ou jurídica contratada, com as atribuições de subsidiar ou assistir o Gestor de Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.

13.2.1 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade dos órgãos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei 8.666/1993.

#### 14 - DO VALOR ESTIMADO:

14.1 – De acordo com as pesquisas de mercado realizadas com empresas do ramo de atividade do objeto deste termo.

#### 15 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

15.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 16 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

16.1 - A licitante deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado(s) de capacidade técnica-operacional emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características com o objeto da licitação, comprovando que a licitante já executou ou que executa satisfatoriamente o objeto da licitação.

16.2 - A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa física ou jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

16.3 - Prova de inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

16.3.1- Em se tratando de pessoa física ou empresa com sede em outro Estado, o registro ou inscrição na entidade profissional competente deverá portar o visto no CREA/CE na forma da Resolução CONFEA n° 413 de 27 de junho de 1997, por ocasião da contratação.

16.4 - Indicação de 01 (um) Responsável Técnico com nível superior, com capacidade para executar o serviço compatível com o objeto licitado, devidamente inscrito no respectivo Conselho de Classe. Em caso de pessoa jurídica a licitante deverá comprovar a relação do (s) profissional (ais) com a empresa por ato constitutivo, estatuto, contrato social, contrato de prestação de serviço ou carteira de trabalho. 16.5 - Registro no CTF acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade.

#### 17 - DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:

17.1 - Consoante o art. 45, da Lei 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.







#### **ANEXO II - MINUTA DA PROPOSTA**

| À   | MODELO  | DE PROPOSTA (   | COMERCIA                              | AL FINAL                                    |                                |
|---|---|---|---------------------------------------|---|--------------------------------|
|   | O DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO A   | AUTÔNOMO DE A   | ÁGUA E ES                             | GOTO DE QUIXE                               | RAMOBIM                        |
| REF. PREG   | ÃO PRESENCIAL № 0605.01/2   | 2021-PP.  |                                       |   |                                |
| Razão Soc   | ial:  |   |                                       |   |                                |
| CNPJ  |   |   |                                       |   |                                |
| Endereço:   | CEP:  |   |                                       |   |                                |
| Fone:   | E-mail:   |   |                                       |   |                                |
| Banco:  | Agência N.º: Conta  | Corrente n.º:   |                                       |   |                                |
| INTERESSI   | AIS E A ELABORAÇÃO DO RE<br>E DO SERVIÇO AUTÔNOMO<br>Ções constantes no Anexo I —   | DE ÁGUA E I   | ESGOTO                                | DE QUIXERAMO                                |                                |
| INTERESSI<br>especifica<br>2 - ORÇAN  | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO   | DE ÁGUA E I   | TOMONIT                               | DE QUIXERAMO                                |                                |
| INTERESSI<br>especifica<br>2 - ORÇAN  | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO ÇÕES constantes no Anexo I — MENTOS DETALHADOS:   | D DE ÁGUA E I<br>Termo de Referê  | TOMONIT<br>ESGOTO I<br>ncia do Ec     | DE QUIXERAMO<br>dital.                      | OBIM, tudo confo               |
| INTERESSI<br>especifica<br>2 - ORÇAN  | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO ções constantes no Anexo I – MENTOS DETALHADOS: DESCRIÇÃO   | D DE ÁGUA E I Termo de Referê  UNIDADE  | TOMONIT<br>ESGOTO I<br>ncia do Ec     | DE QUIXERAMO<br>dital.                      | OBIM, tudo confo               |
| INTERESSI<br>especifica<br>2 - ORÇAN  | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO ções constantes no Anexo I – MENTOS DETALHADOS: DESCRIÇÃO   | D DE ÁGUA E I<br>Termo de Referê  | TOMONIT<br>ESGOTO I<br>ncia do Ec     | DE QUIXERAMO<br>dital.                      | OBIM, tudo confo               |
| especifica  2 - ORÇAN  ITEM   | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO ções constantes no Anexo I – MENTOS DETALHADOS: DESCRIÇÃO   | UNIDADE  R GLOBAL   | TOMONIT<br>ESGOTO I<br>ncia do Ec     | DE QUIXERAMO<br>dital.                      | OBIM, tudo confo               |
| especifica  2 - ORÇAN  ITEM  Valor Glob   | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO  ções constantes no Anexo I –  MENTOS DETALHADOS:  DESCRIÇÃO  VALO  | UNIDADE  R GLOBAL   | TOMONIT<br>ESGOTO I<br>ncia do Ec     | DE QUIXERAMO<br>dital.                      | OBIM, tudo confo               |
| especifica  2 - ORÇAN  ITEM  Valor Glob   | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO  ções constantes no Anexo I –  MENTOS DETALHADOS:  DESCRIÇÃO  VALO  Dal da Proposta: R\$ (  | UNIDADE UNIDADE R GLOBAL  me o Edital.  | TOMONIT<br>ESGOTO I<br>ncia do Ec     | DE QUIXERAMO<br>dital.                      | OBIM, tudo confo               |
| especifica  2 - ORÇAN  ITEM  Valor Glob  Prazo de e   | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO  ções constantes no Anexo I —  MENTOS DETALHADOS:  DESCRIÇÃO  VALO  Dal da Proposta: R\$ (  execução dos serviços: Confor                                 | UNIDADE UNIDADE R GLOBAL me o Edital. s no mínimo.  | QTD.                                  | VALOR UNIT.                                 | VALOR TOTAL                    |
| Prazo de e  | E DO SERVIÇO AUTÔNOMO  ções constantes no Anexo I —  MENTOS DETALHADOS:  DESCRIÇÃO  VALO  Dal da Proposta: R\$ (  execução dos serviços: Confor da Proposta: 60 (sessenta) dia: | UNIDADE UNIDADE R GLOBAL me o Edital. s no mínimo. presentados acid   | QTD.                                  | VALOR UNIT.                                 | VALOR TOTAL  os tributos, enca |
| Valor Glob<br>Validade o<br>O licitante   | PALOI  Pal da Proposta: R\$ (_  execução dos serviços: Conforda Proposta: 60 (sessenta) diage declara que, nos valores a  | UNIDADE UNIDADE R GLOBAL  me o Edital. s no mínimo. presentados acid comerciais, taxa                           | QTD.  ma, estão as, fretes,           | VALOR UNIT.  inclusos todos seguros, desloc | os tributos, enca              |
| Valor Glob<br>Validade o<br>O licitante   | PALOI  PORTOR DETALHADOS:  DESCRIÇÃO  VALOI  Dal da Proposta: R\$ (   | UNIDADE UNIDADE R GLOBAL  me o Edital. s no mínimo. presentados acid comerciais, taxa                           | QTD.  ma, estão as, fretes,           | VALOR UNIT.  inclusos todos seguros, desloc | os tributos, enca              |
| Valor Glob<br>Prazo de e<br>Validade o<br>O licitante<br>trabalhista<br>custos e d<br>de lucro. | PALOI  PORTOR DETALHADOS:  DESCRIÇÃO  VALOI  Dal da Proposta: R\$ (   | UNIDADE UNIDADE UNIDADE R GLOBAL  me o Edital. s no mínimo. presentados acia comerciais, taxa ncidir sobre a ex | QTD.  ma, estão as, fretes, ecução do | valor unit.                                 | os tributos, enca              |

Local e data Carimbo da empresa/Assinatura do responsável







#### ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

# III.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, DE ACEITAÇÃO E DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS QUANTO À PROPOSTA E À HABILITAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL

#### **DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova no processo licitatório Nº 0605.01/2021-PP junto ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, o seguinte: (1) que dá ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório; (2) que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e dos produtos a serem ofertados no presente certame licitatório; e (3) que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste Edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

(Local e Data)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente carimbada e assinada com o número do CNPJ.

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO** 







# ANEXO III.2 - MODELO DE PROCURAÇÃO

# **PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: Nome e qualificação.

OUTORGADO: Nome e qualificação.

**PODERES:** Pleno e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL tombado sob o nº 0605.01/2021-PP, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar no pregão os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da OUTORGANTE e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

| Local c       | uata.          |  |
|---------------|----------------|--|
|               |                |  |
| Nome de venue | contanta Logal |  |
| Nome do repre | sentante tegal |  |

Local a data









# ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

# III.3 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova no processo licitatório Nº 0605.01/2021-PP junto ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório já identificado, realizado pelo SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

(Local e Data) (Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente carimbada e assinada com o número do CNPJ.

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO** 







# III.4 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR (MÃO DE OBRA INFANTIL)

# DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova no processo licitatório Nº 0605.01/2021-PP junto ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente carimbada e assinada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.







#### III.5 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

#### DECLARAÇÃO

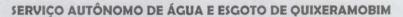
(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova no processo licitatório Nº 0605.01/2021-PP junto ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

(Local e Data)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente carimbada e assinada com o número do CNPJ.









#### III.6 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

# DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova no processo licitatório Nº 0605.01/2021-PP junto ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, que tomou conhecimento do Edital, seus anexos e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

(Local e Data) (Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente carimbada e assinada com o número do CNPJ.







#### III.7 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

# DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova no processo licitatório Nº 0605.01/2021-PP junto ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, que até a presente data inexistem fatos superveniente impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

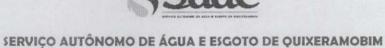
(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente carimbada e assinada com o número do CNPJ.









#### **ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

|   |  |  |  | LEBRAM, DE UM I   |  |
|---|--|--|--|---|--|
|   |  |  |  | E ÁGUA E ESGOTO DE  |  |
|   |  |  |  | EMPRESA   | , PARA O FIM   |
|   |  | QU   | E NELE SE D  | ECLARA.   |  |
| direito p JOAQUIN Presiden de CON represen doravant | CO AUTÔNOMO DE ÁGUA E úblico interno, inscrita no la FERNANDES, N° 570, CEI te, Sr | O CNPJ/MF sol<br>NTRO, QUIXER<br>, inscrito<br>esa<br>, inscrita   | o o n° 07 AMOBIM, C no CPF sob no CNPJ so, inscri  | 742.778/0001-15, com<br>CEARÁ, neste ato repr<br>o o n°<br>b o nº<br>to(a) no CPF sob o n | n sede na AV. DR.<br>resentado pelo seu<br>_, aqui denominado<br>_, com sede na<br>, neste ato   |
| a. (  |  |  |  |   |  |
|   | A PRIMEIRA - DO FUNDAM   |  | a ditabata   |   | andalidada DDECÃO  |
|   | esente contrato tem como<br>IAL tombado sob o nº 060                               |  |  |   |  |
|   | 1º 8.666/1993 e suas altera  |  |  |   | 170 mm - 170 |
|   | is especiais necessárias ao c  | 70 0   |  |   | ac samo de 2002, e   |
|   | cumprimento deste contra   |  |  |   | cesso licitatório na   |
| modalida  | de PREGÃO PRESENCIAL to  | ombado sob o   | nº <b>0605.01</b>  | /2021-PP e seus anex  | os e à proposta da   |
| CONTRA  | TADA, os quais constituem p  | oarte deste inst   | trumento, ir   | ndependente de sua tr   | anscrição.   |
| CI ÁLISIU   | A SECURDA DO ODISTO  |  |  |   |  |
|   | A SEGUNDA - DO OBJETO nstitui objeto da presente                                   | 200002 0(2)  | CONTRATA   | CÃO DE SERVICOS D   | E CONSULTORIA E  |
|   | RIA AMBIENTAL COM VI   |  |  |   |  |
|   | ES LÍQUIDOS DA ÁGUA BR   |  | A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH |   |  |
|   | NCLUSIVE OS LICENCIAN  |  |  |   |  |
|   | ONITORAMENTO AMBIENT   |  |  |   |  |
|   | DE QUIXERAMOBIM.   |  |  |   |  |
| 2.2 - Dos   | itens contratados:   |  |  |   |  |
| ITEM  | DESCRIÇÃO  | UNIDADE  | QUANT.   | VALOR UNITÁRIO<br>R\$   | VALOR TOTAL<br>R\$   |
|   |  |  |  |   |  |
|   | VAL  | OR GLOBAL R  |  |   |  |
|   |  |  |  |   |  |
|   | A TERCEIRA - DO VALOR  |  |  |   |  |
|   | lor contratual global import   |  |  |   | _).  |
|   | valor acima estão incluída   |  |  |   |  |
|   | contratual, inclusive tribu<br>comerciais incidentes, to                           | and the second s |  |   |  |
|   | ento integral do objeto da c   |  | iistiação, I   | rete, seguio e outi   | os fiecessarios ao   |
|   |  | orrer a ca ya or   |  |   |  |







#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 4.1 O prazo de vigência deste contrato será **07 (SETE) MESES**, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 4.2 Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, da Lei Federal nº 8.666/1993.

# CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1 - As condições de entrega e execução dos serviços são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

- 6.1 Os recursos necessários ao custeio das despesas decorrentes do contrato encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal vigente do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, classificados sob a dotação orçamentária/elemento de despesas/fonte de recursos discriminados abaixo:
  - 17 01 17 512 0022 2.116 3.3.90.35.99 1990000000

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de Cheque nominal, acompanhado da seguinte documentação:
- I) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente autorizada pelo ordenador de despesas (pague-se) e atestada por servidor responsável pelo recebimento do objeto deste termo,
- II) Certidão Conjunta Negativa de Débito quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN), com abrangência inclusive as contribuições sociais,
- III) CRF Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal,
- IV) CND emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual,
- V) CND emitida pelo município domiciliado, e,
- VI) CND emitida pela Justiça Federal do Trabalho, emitida na forma da Lei N°. 12.440/2011.
- 7.2 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo.
- 7.3 É vedada a realização de pagamento antes da entrega do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.
- 7.4 Se o objeto não for executado conforme condições deste termo, o pagamento ficará suspenso até sua execução regular.
- 7.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

# CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- 8.2 Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente termo.
- 8.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 8.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou







redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

- 8.5 Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 8.6 Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.7 Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo Órgão Contratante, contado da sua notificação.
- 8.8 Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 8.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.10 Manter-se, durante todo o período de vigência do Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para representação da Contratada sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.
- 8.11 Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 8.12 Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto contratual no prazo estabelecido neste termo.
- 8.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8.14 Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1 Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço, após emissão de empenho.
- 9.2 Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 9.3 Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 9.4 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 9.5 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.
- 9.6 Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 9.7 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a execução do objeto contratual.
- 9.8 Prestar as Informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- 9.9 Recusar os serviços que não apresentarem condições de serem utilizados.
- 9.10 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na prestação dos serviços e interromper imediatamente a execução se for o caso.
- 9.11 Indicar na Ordem de Serviço o local em que deverá ser realizada sua execução.





9.12 - Disponibilizar a infraestrutura de material, equipamentos e pessoal de apoio nas diligências de trabalho necessária ao bom desempenho da Equipe Técnica da contratada.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 10.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 10.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice econômico IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice em vigor, caso esse seja extinto, exclusivamente para as obrigações iniciadas após a ocorrência da anualidade.
- 10.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.1.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 10.1.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 10.1.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 10.1.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 10.2 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n° 8.666/93, alterada e consolidada.
- 10.2.1 Nos casos do item anterior, a CONTRATADA deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, sendo tal demonstração analisada pelo CONTRATANTE para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

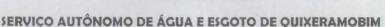
11.1 - As regras acerca das condições de execução contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1 A gestão do contrato será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, para acompanhar a execução do instrumento contratual, com vistas à promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no ato convocatório e no instrumento contratual.
- 12.2 A fiscalização da contratação será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, ou pessoa física ou jurídica contratada, com as atribuições de subsidiar ou assistir o Gestor de Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.







12.2.1 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade dos órgãos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei 8.666/1993.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

- 13.1 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.
- 13.2 O(a) contratado(a) ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:
- I Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- II Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
- a) de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução do serviço ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5,0% (cinco por cento) do valor contratual, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 13.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 13.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.
- 13.4 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o(a) contratado(a) fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do(a) contratado(a), o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.
- 13.5 As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 13.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:







- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 13.6 As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 13.2** supra, poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 13.7 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,0% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.
- 13.8 As sanções previstas no **item 13.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

- 14.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 14.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital;
- 14.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 14.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.4.3 Indenizações e multas.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

- 15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 – Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o quinto dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.







#### LÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

| Município de   | Quiveramohim      | Estado do Ceará. | do | do |  |
|----------------|-------------------|------------------|----|----|--|
| Widilicipio de | Quixeralliobilli, | Estado do Ceara. | ae | de |  |

# NOME PRESIDENTE DO SAAE DE QUIXERAMOBIM CONTRATANTE

RAZAO SOCIAL CNPJ N° REPRESENTANTE LEGAL:

CONTRATADA

| TESTEMUNHAS:<br>1. NOME: | 2. NOME: |  |  |
|--------------------------|----------|--|--|
| CPF:                     | CPF:     |  |  |